



O(S) CONFLITO(S) DA COLÔMBIA E O PARADOXO DA MEMÓRIA: ANALOGIA AO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

Desde a independência em 1819 até aos Acordos de Paz em 2016, identificam-se três períodos de violência na Colômbia, com impactos humanos significativos. Uma análise do pensamento de Paulo Freire, conforme “A Pedagogia do Oprimido”, conduz-nos ao paradoxo da memória como um vetor estrutural para a construção da consciência coletiva na Colômbia.

Compreender o que se passou na Colômbia, desde à sua independência (1819) até aos acordos firmados em Havana (2016), independentemente das diferentes perspectivas de análise, é acima de tudo, uma questão de humanismo, bem presente na visão *kantiana* assente na premissa de que “o dano que se faz à uma vítima, é um dano que se inflige à toda a humanidade”. Poder-se-á retirar do atual contexto internacional, bem vincado pela fragmentação que tem caracterizado a percepção do estigma e do hiato entre o “nós” e os “outros”, a evidente demonstração de que o humanismo se encontra em crise. A guerra na Ucrânia e o conflito Israel/Hamas – embora não representem toda a extensão dos conflitos que atualmente persistem no planeta – não apenas confirmam essa evidência, como também apelam ao exercício crítico e refletivo, sobre a forma como a política internacional se tem desenvolvido no sistema de jogos de poder que subjuga o Direito Internacional, e em particular, os Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário, aos interesses políticos, económicos, sociais, e até mesmo civilizacionais, dos mais poderosos, em suma, dos cinco que detêm o poder de veto no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Talvez o anacronismo político-ideológico que marcou grande parte do(s) conflito(s) colombiano se apresentasse como uma das exceções que permitiu a mediação por parte da comunidade internacional, sem que existisse relação com qualquer permeabilidade de interesses mais distintivos, acabando por materializar o acordo de paz em 2016, mesmo contra a vontade da maioria da sociedade colombiana. Talvez a expressão da sociedade colombiana tivesse superado parte dos diferentes dualismos

histórico-estruturais, que têm persistido desde a sua independência, e que para alguns, traduzem a violência e os conflitos como elementos constitutivos da sua identidade nacional e da construção do Estado, enquanto que para outros, estes elementos não se constituam como parte integrante, natural ou essencial, da identidade colombiana, apesar de fazerem parte da sua história, através de distintos atores e das diversas expressões e consequências políticas, económicas e sociais. Em ambos os casos, o denominador comum assenta na prossecução dos três fundamentos aqui propostos como os constituintes do paradoxo da memória, ou seja, a aplicação da memória das vítimas, enquanto elemento referencial do passado, aos processos de construção do futuro da sociedade colombiana: a memória como reivindicação para a execução da justiça; a memória como pedagogia social; a memória como elemento de reconstrução social.

Os períodos de violência na Colômbia

A guerra e a violência têm acompanhado todas as gerações do povo colombiano ao longo da sua história. Uma constatação básica, essencialmente simplista, se não for acompanhada pela devida fundamentação de todos aqueles e aquelas que se têm dedicado ao seu estudo, seja como forma de fenómeno dilacerante da Colômbia, enquanto identidade nacional, seja pela sua realidade estrutural, enquanto identidade social, política, económica, e cultural, sob o qual se desenvolvem dinâmicas particulares em determinados contextos temporais e espaciais, envolvendo ações de diversos atores políticos e sociais. Entre as distintas dinâmicas de violência da Colômbia, identificam-se as lutas

bipartidaristas, as revoltas milícias campestres, o bandoleirismo, as guerrilhas ideológicas e indígenas, os grupos paramilitares e o narcotráfico. O que se depreende da análise destas dinâmicas ao longo da história, é a sua correlação, em resultado de fatores internos e externos, que não apenas evoluem em função da conjuntura geopolítica internacional, como também se fundem com as particularidades que constituem a identidade nacional colombiana.

... tendencialmente, durante o processo inicial de descoberta da liberdade, os oprimidos experienciam eles mesmos a condição de opressores, condicionados pelas contradições estruturais do testemunho da sua própria humanização.

A revisão da literatura em torno do fenómeno da violência tem sido relativamente consensual quanto a sua periodização, embora com algumas nuances que acabam por convergir em determinados pontos chave, tendo em consideração os objetivos delimitativos inerentes às diferentes perspectivas e abordagens. Neste particular, e como proposta resumidamente fundamentada, identificam-se essencialmente três períodos, que embora distintos, acabam por definir um trajeto de evolução que vai deixando traços característicos que acabam por moldar as afinidades estruturais da violência endémica na Colômbia, perceptíveis até aos dias de hoje.

O primeiro, que decorreu desde a independência em 1819 e que percorreu todo o século XIX, teve como fundamento a identidade e a consolidação nacional, culminando com a Guerra dos Mil Dias (1899-1903), levando cerca de 100.000 vidas (numa população de cerca de 3 milhões de pessoas) e consequente perda do Panamá. Iniciara-se com a libertação do Vice-reino da Nova Granada aos espanhóis em 1819, constituindo-se a partir daqui o projeto de Simón Bolívar, a Grande Colômbia, que embora tivesse durado apenas oito anos, deixaria bem vincado o seu ideal de libertação dos territórios que ainda se encontravam colonizados pelo invasor (ver Mapa). Poder-se-á considerar como o primeiro grande dualismo da sociedade colombiana, a fragmentação e as disputas violentas ocorridas entre as fações “bolivarianas” e “santanderistas”, que viriam a repercutir-se não apenas em termos geopolíticos na região, como também iriam estar na origem das guerras que se seguiriam. A guerra dos Supremos (1839-1842) é referenciada como o início das hostilidades que viria a marcar por muitas décadas a bipolarização ideológica, do sistema político colombiano. No essencial, o paradoxo reside no facto de ambos os partidos (Conservador e Liberal) pretenderem institucionalizar um modelo de Estado oposto, entre o centralismo e o federalismo, e simultaneamente importar um modelo exterior de Estado em vez de procurarem consolidar o próprio, com consequências que perduram até aos dias de hoje.

O segundo período, que decorreu entre 1946-48 e 1964, venceu a guerra civil partidista entre Liberais e Conservadores, ficando conhecido nos anais da história colombiana como o período de “*La Violência*”. Com a subida ao poder dos conservadores em 1946, materializada na vitória presidencial de Luis Mariano Ospina Pérez, e o assassinato do candidato liberal Jorge Eliécer Gaitán em abril de 1948, assistiu-se ao espoletar de uma enorme convulsão política e social, marcada por uma enorme mobilização armada por parte dos camponeses, tendo culminado num conflito violento, generalizado, sobre o qual se perderam cerca de 200.000 vidas.

Alguns autores defendem que, de certa maneira, o Estado colombiano teve um papel determinante ao desencadear o

FIGURA 1. MAPA DA GRAN COLÔMBIA 1819-1830



seu próprio conflito, no sentido em que transformou as questões de supressão dos focos de violência do país, como a percepção da necessidade de supressão de uma identidade de cariz comunista, o que, em termos da sua Doutrina de Segurança Nacional, era considerada a supressão do inimigo. Dessa forma, emerge a constatação, de que o Estado se desconectara da Nação, e não existiria um padrão de conduta que pudesse explicar a violência desse período, seja de acordo com os padrões de identidade étnica, de localização geográfica ou de estrutura económica, para além da

falência do Estado, enquanto instituição capaz de projetar o seu poder, e essencialmente, prover os serviços básicos por toda a sua extensão territorial e social. Os mitos fundacionais das diferentes guerrilhas resultam, fundamentalmente, como processos de reação às ações do Estado, mas também da influência ideológica externa.

Quanto ao terceiro período, a data de início é essencialmente referencial, uma vez que a sua eclosão é indissociável das dinâmicas que marcaram o período de violência anterior, e, por outro lado, não se poderá seguramente afirmar que ter-

minara sob esses moldes, uma vez que a violência acabou por assumir outras formas estruturais.

Quando se faz referência ao período 1964-2016, alude-se ao conflito mais intenso e prolongado da Colômbia, que opôs as guerrilhas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Libertação Nacional (ELN), Exército Popular de Libertação (ELP), Movimento 19 de abril (M-19) – entre outros grupos armados – e o Estado, numa espiral de violência que culminou com processo de negociação de Paz assinado em 2016 em Havana, com a comunidade internacional a exercer um importante papel enquanto mediadora e promotora da paz, não sendo indiferente a atribuição do prêmio Nobel ao então presidente Juan Manuel Santos.

Uma das principais referências quantitativas nesta matéria são os dados estatísticos apresentados pelo Centro Nacional de Memória Histórica, alusivos ao período que decorreu entre 1958 e 2018, com a particularidade de aqui se diferenciarem as distintas manifestações e tipologias de violência, para além dos diversos perpetradores, o que de grosso modo nos permite alcançar um pouco daquilo que foi, não apenas a proporção da violência, mas essencialmente as atrocidades que marcaram uma sociedade pela perspetiva das vítimas (ver Gráficos).

Conceptualizando o paradoxo da memória

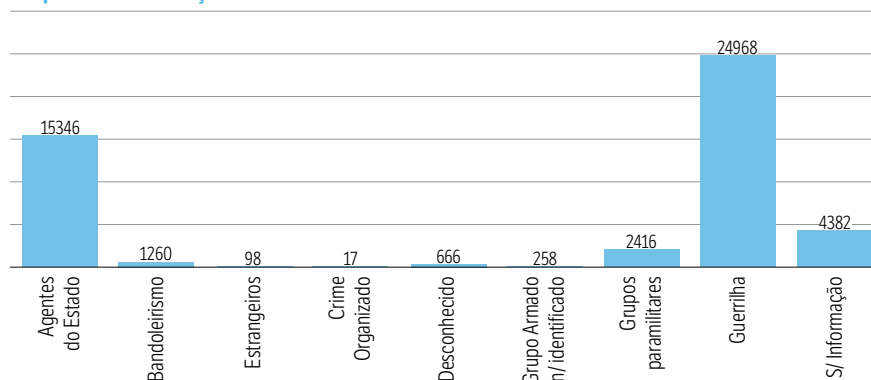
Observando-se as palavras do poeta Clint Smith – um cidadão norte americano que desenvolve a sua literatura em torno da complexa herança social e fragmentária resultante da escravatura – sobre a obra do escritor brasileiro Paulo Freire (1921-1997), “A Pedagogia do Oprimido” (2002), retém-se como ideia essencial o papel que a educação poderá desempenhar, na ajuda à todas aquelas pessoas que, de alguma forma, foram ou se encontram submetidas à opressão e ao desespero, e simultaneamente, compreender que o mundo é socialmente construído, podendo também ser reconstruído ou desconstruído.

Paulo Freire caracteriza “A Pedagogia do Oprimido”, como aquela que tem de ser construída com ele, e não somente para ele, enquanto homens, mulheres ou povos, na luta incessante para a recuperação da sua humanidade. O grande

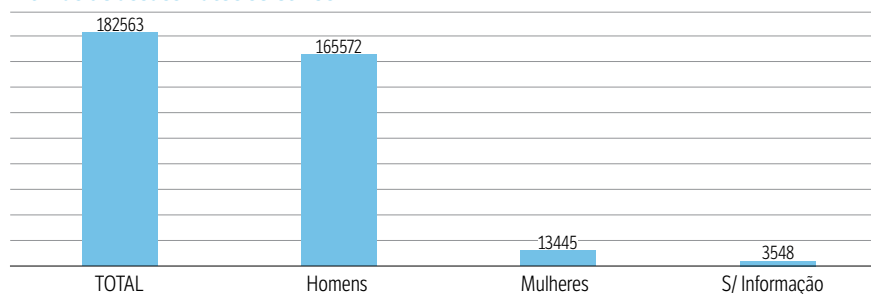
FIGURA 2. GRÁFICOS DO CONFLITO COLOMBIANO 1958-2018

Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica (Colômbia).

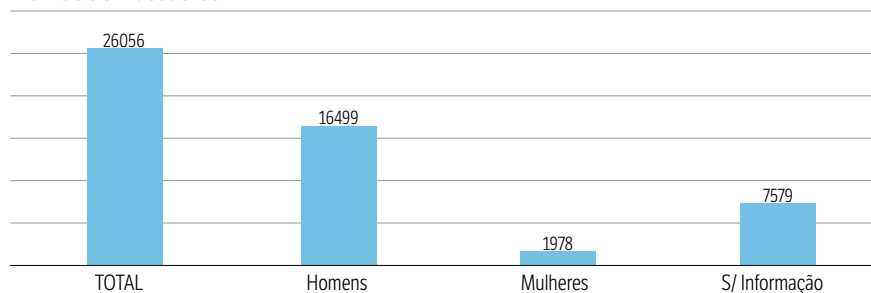
Perpetradores de ações bélicas



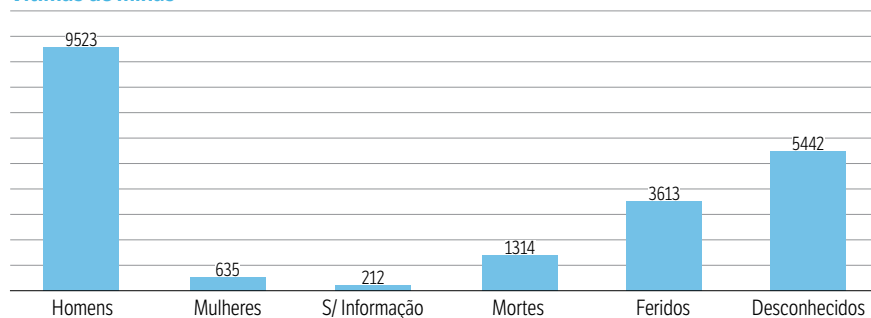
Vítimas de assassinatos seletivos



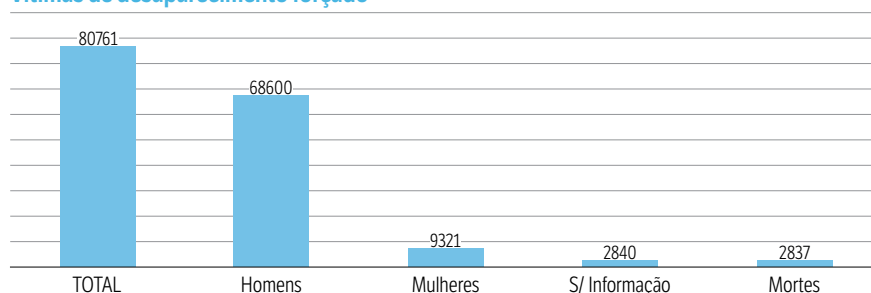
Vítimas de massacres



Vítimas de minas



Vítimas de desaparecimento forçado



desafio reside na forma como poderão os oprimidos, enquanto libertadores de si mesmos e dos próprios opressores, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia da sua libertação – isto porque tendencialmente, durante o processo inicial de descoberta da liberdade, os oprimidos, experienciam eles mesmos, a condição de opressores, condicionados pelas contradições estruturais do testemunho da sua própria humanização.

A partir desta constatação, poder-se-á refletir sobre duas imagens. A primeira transporta-nos para uma realidade que tem vindo a caracterizar a América-latina como o foco de tensões existentes entre os “terrenos das resistências” e o “espaço das representações políticas”. Este dualismo reflete as contradições inerentes às dinâmicas associadas as relações históricas de subordinação ao colonialismo europeu, sobre o qual coexistem as lutas políticas de emancipação e experiências de resistência, em simultâneo com o paradoxo da “mimicção” dos modelos políticos, sociais e económicos eurocêntricos – e mais recentemente dos Estados Unidos da América (EUA) – mas, particularmente, do exercício da ocupação das dimensões históricas e culturais, através da pedagogia e da epistemologia, também elas fontes de desigualdade e de violência nesta região. Neste sentido, “A pedagogia do Oprimido” aponta para o ensino como um importante instrumento de libertação, mas também como uma oportunidade para se redescobrir na autenticidade a ideia da América Latina, através da defesa da produção de um conhecimento próprio, independente dos modelos pedagógicos importados do Ocidente, dando seguimento aos projetos de emancipação propostos por pensadores como Simón Rodríguez (1771-1854), Simón Bolívar (1783-1830), José Martí (1853-1895) ou José Carlos Mariátegui (1894-1930), nos quais se procurava desativar o “mutismo” imposto aos oprimidos, principalmente às mulheres.

A segunda imagem apela ao sentido crítico e a reflexão acerca do duplo papel que as sociedades poderão desempenhar, nos distintos contextos de violência, enquanto vítimas do processo, ou como agentes participantes, seja através do silêncio, do apoio, ou mesmo da indiferença. Talvez resida aqui a grande

virtude, e, simultaneamente, um enorme desafio para as sociedades latino-americanas, e em particular, para a colombiana: expressar na partilha de memórias, o processo de construção da sua consciência coletiva. “*Somos las memorias del olvido*”, é o lema do Centro Nacional de Memoria Histórica da Colômbia, a materialização da consciência de um povo, que procura dar voz às vítimas do conflito armado mais longo e intenso da sua história, e que almeja estabelecer relações entre as causas e efeitos, a fim de evitar que se repitam as atrocidades provocadas pelos distintos atores nos distintos contextos da expressão da violência no país.” *¡Basta Ya! Colombia: Memoria de Guerra y Dignidad*”, trata-se de um relatório publicado por este centro e entregue em 2013 ao Presidente Juan Manuel Santos, que congregando um painel de investigadores, nacionais e internacionais, aborda as distintas modalidades de violência associadas ao conflito armado, as suas origens, dinâmicas, atores e evolução, os danos e os impactos causados, e nos quais se olha para a resolução da questão da impunidade como um direito que não apenas dá voz às vítimas, mas que também se assume como um dever que assiste ao Estado.

Voltando para o pensamento de Paulo Freire, no qual se observa “A Pedagogia do Oprimido”, é possível estabelecermos relação com os três elementos que fundamentam a iniciativa de construção de memórias proposta pelo referido relatório: a memória como reivindicação assente no esclarecimento dos factos históricos para se exigir justiça; a memória como pedagogia social para evitar que tamanha violência se volte a repetir; a memória como elemento de reconstrução dos laços sociais perdidos. Comum aos três elementos, poder-se-á considerar o paradoxo da memória, enquanto vetor estrutural para com o processo de construção do futuro da Colômbia.

Mas esse futuro não se constrói somente entre os colombianos e colombianas, enquanto identidade coletiva. Seria manifestamente erróneo abordar a realidade social ou conceptual da paz sem a devida contextualização da violência e dos conflitos que têm assolado os colombianos ao longo de gerações, e que não se pode desassociar de uma realidade geopolítica, que também incorpora uma matriz histórico-estrutural, que expressa

as afinidades existentes entre os diversos países da América-latina e que projeta as regiões, ou subregiões, como construções políticas e imaginárias. Tal como as nações, também estas são moldadas tanto por elementos identitários, como pela forma como o ambiente exterior os percebe e interage com eles. A construção voluntária de organizações ou agrupamento de países de uma mesma região é também resultado da ação de fatores históricos e culturais, associados a preferências e percepções, quer subjetivas quer objetivas. ●

Referências

- Bernal-Castro, Carlos Andrés, et al., “Derecho internacional humanitario en el conflicto armado colombiano”, 2018.
Centro Nacional de Memoria Histórica, *¡Basta Ya! Colombia: Memoria de Guerra y Dignidad. Resumen*, Bogotá, Pro-Off Set, 2013.
Freire, Paulo, “Pedagogia dos oprimidos”, *Rumo a uma sociologia da educação*, Routledge, 2020, pp. 374-386.
Ríos Sierra, Jerónimo, 2019, *Breve historia del conflicto armado en Colombia*, Los Libros de la Catarata.
Ríos Sierra, Jerónimo, et al., 2018, “Quantitative determinants of the FARC-EP guerrilla violence in Colombia”, *JANUS. NET e-journal of International Relations*, 9, pp. 137-154.